

**ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ECELSA**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

**31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013**

**Sumário**

<b>Demonstrações contábeis regulatórias</b> .....	<b>2</b>
Balancos patrimoniais regulatório e societário.....	2
Demonstrações regulatória e societária do resultado do exercício.....	3
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b> .....	<b>4</b>
1. Contexto operacional .....	4
2. Base de elaboração.....	4 a 9
3. Evento significativo no exercício .....	9 e 10
4. Consumidores, concessionárias e permissionárias .....	11
5. Despesas pagas antecipadamente .....	11
6. Ativos Financeiros Setoriais.....	11
7. Outros ativos e passivos circulantes – Serviços em curso – P&D e PEE .....	11
8. Imobilizado .....	12
9. Intangível .....	12
10. Passivos regulatórios .....	13
11. Impostos e contribuições sociais diferidos .....	13
12. Reserva de avaliação patrimonial .....	13
13. Lucros (prejuízos) acumulados .....	13
14. Receita operacional bruta .....	14
15. Deduções da receita operacional .....	14
16. Custos não gerenciáveis – Parcela “A” .....	14
17. Custos gerenciáveis – Parcela “B” .....	15
18. Resultado financeiro .....	15
19. Resultado não operacional .....	16

**ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ECESLSA**  
**BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO EM 31 DE DEZEMBRO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota de ajuste	2014			2013		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>ATIVO</b>							
<b>Circulante</b>							
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[4]	471.864	-	471.864	334.553	5.023	339.576
Despesas pagas antecipadamente	[5]	75	123.509	123.584	65	43.241	43.306
Ativos financeiros setoriais	[6]	155.477	(155.477)	-	-	-	-
Outros ativos circulantes - Serviços em curso - P&D e PEE	[7]	-	36.713	36.713	-	42.304	42.304
Outros ativos circulantes		372.166	-	372.166	226.624	-	226.624
		<b>999.582</b>	<b>4.745</b>	<b>1.004.327</b>	<b>561.242</b>	<b>90.568</b>	<b>651.810</b>
<b>Não circulante</b>							
Ativo financeiro indenizável	[2.1.1 c]	594.212	(594.212)	-	504.596	(504.596)	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[4]	12.326	2.335	14.661	13.177	6.887	20.064
Impostos e contribuições sociais diferidos		142.268	-	142.268	258.992	-	258.992
Despesas pagas antecipadamente	[5]	-	293.108	293.108	-	132.163	132.163
Ativos financeiros setoriais	[6]	94.550	(94.550)	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		124.660	-	124.660	127.298	-	127.298
		<b>968.016</b>	<b>(393.319)</b>	<b>574.697</b>	<b>904.063</b>	<b>(365.546)</b>	<b>538.517</b>
<b>Investimentos</b>		910	-	910	1.040	-	1.040
<b>Imobilizado</b>							
Em serviço	[8]	85	3.749.780	3.749.865	85	3.630.097	3.630.182
(-) Depreciação acumulada		-	(2.126.557)	(2.126.557)	-	(2.074.870)	(2.074.870)
Em curso		-	33.041	33.041	-	94.960	94.960
		<b>85</b>	<b>1.656.264</b>	<b>1.656.349</b>	<b>85</b>	<b>1.650.187</b>	<b>1.650.272</b>
<b>Intangível</b>							
Em serviço	[9]	1.984.928	(1.647.880)	337.048	1.960.205	(1.649.274)	310.931
(-) Amortização acumulada		(1.150.757)	892.792	(257.965)	(1.164.092)	926.550	(237.542)
Em curso		36.357	(33.041)	3.316	109.596	(94.960)	14.636
		<b>870.528</b>	<b>(788.129)</b>	<b>82.399</b>	<b>905.709</b>	<b>(817.684)</b>	<b>88.025</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2.839.121</b>	<b>479.561</b>	<b>3.318.682</b>	<b>2.372.139</b>	<b>557.525</b>	<b>2.929.664</b>

	Nota de ajuste	2014			2013		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
<b>Circulante</b>							
Passivos regulatórios	[10]	-	28.452	28.452	-	21.098	21.098
Impostos e contribuições sociais diferidos	[11]	12.619	(12.619)	-	-	-	-
Outros passivos circulantes - Serviços em curso - P&D e PEE	[7]	-	36.713	36.713	-	42.304	42.304
Outros passivos circulantes		1.042.723	-	1.042.723	799.136	-	799.136
		<b>1.055.342</b>	<b>52.546</b>	<b>1.107.888</b>	<b>799.136</b>	<b>63.402</b>	<b>862.538</b>
<b>Não circulante</b>							
Passivos regulatórios	[10]	-	161.392	161.392	-	66.235	66.235
Impostos e contribuições sociais diferidos	[11]	8.300	84.514	92.814	-	145.482	145.482
Outros passivos não circulantes		868.473	-	868.473	885.812	-	885.812
		<b>876.773</b>	<b>245.906</b>	<b>1.122.679</b>	<b>885.812</b>	<b>211.717</b>	<b>1.097.529</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>							
Capital social		443.815	-	443.815	376.022	-	376.022
Reservas de capital		101.035	-	101.035	101.035	-	101.035
Reservas de lucros		510.982	-	510.982	439.253	-	439.253
Reserva de avaliação patrimonial	[12]	(148.826)	235.805	86.979	(229.119)	265.862	36.743
Lucros (prejuízos) acumulados	[13]	-	(54.696)	(54.696)	-	16.544	16.544
		<b>907.006</b>	<b>181.109</b>	<b>1.088.115</b>	<b>687.191</b>	<b>282.406</b>	<b>969.597</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.839.121</b>	<b>479.561</b>	<b>3.318.682</b>	<b>2.372.139</b>	<b>557.525</b>	<b>2.929.664</b>

**ESPIRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA**  
**DEMONSTRAÇÕES REGULATÓRIAS DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota de ajuste	2014			2013		
	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>[14]</b>					
Fornecimento de energia elétrica	1.440.137	(170.913)	1.269.224	1.151.661	(32.063)	1.119.598
Receita de ativos financeiros setoriais	248.445	(248.445)	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica	104.848	-	104.848	77.566	-	77.566
Energia elétrica de curto prazo	(314)	-	(314)	(9.122)	-	(9.122)
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	1.307.828	(4.506)	1.303.322	1.340.263	(20.087)	1.320.176
Receita de atividade não vinculada	13.782	-	13.782	12.018	-	12.018
Outras receitas operacionais	176.989	-	176.989	183.117	-	183.117
Receita de construção	155.866	(155.866)	-	178.334	(178.334)	-
	<b>3.447.581</b>	<b>(579.730)</b>	<b>2.867.851</b>	<b>2.933.837</b>	<b>(230.484)</b>	<b>2.703.353</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>						
<b>TRIBUTOS E ENCARGOS</b>	<b>[15]</b>					
Federais	(298.175)	20.919	(277.256)	(256.975)	-	(256.975)
Estaduais e municipais	(645.670)	-	(645.670)	(590.582)	-	(590.582)
	<b>(943.845)</b>	<b>20.919</b>	<b>(922.926)</b>	<b>(847.557)</b>	<b>-</b>	<b>(847.557)</b>
<b>ENCARGOS - PARCELA "A"</b>						
Reserva global de reversão - RGR	-	-	-	741	(741)	-
Programa de eficiência energética - PEE	(10.421)	-	(10.421)	(8.754)	-	(8.754)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(39.436)	7.067	(32.369)	(23.141)	(3.057)	(26.198)
Conta de consumo de combustíveis - CCC	-	305	305	(5.047)	(862)	(5.909)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(9.428)	-	(9.428)	(8.961)	-	(8.961)
Outros encargos (PROINFA consumidores livres e CCC adicional)	(15.606)	-	(15.606)	(13.610)	-	(13.610)
	<b>(74.891)</b>	<b>7.372</b>	<b>(67.519)</b>	<b>(68.772)</b>	<b>(4.660)</b>	<b>(63.432)</b>
	<b>2.428.845</b>	<b>(551.439)</b>	<b>1.877.406</b>	<b>2.027.508</b>	<b>(235.144)</b>	<b>1.792.364</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>						
<b>CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"</b>	<b>[16]</b>					
Energia elétrica comprada para revenda	(1.349.279)	255.100	(1.094.179)	(1.020.452)	30.680	(989.772)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	(33.306)	383	(32.923)	(30.760)	12	(30.748)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(120.755)	5.694	(115.059)	(87.063)	1.897	(85.166)
Taxa de fiscalização	(3.480)	-	(3.480)	(3.984)	-	(3.984)
	<b>(1.506.820)</b>	<b>261.177</b>	<b>(1.245.641)</b>	<b>(1.142.259)</b>	<b>32.589</b>	<b>(1.109.670)</b>
	<b>922.025</b>	<b>(290.262)</b>	<b>631.765</b>	<b>885.249</b>	<b>(202.555)</b>	<b>682.694</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS</b>						
<b>CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"</b>	<b>[17]</b>					
Pessoal	(125.335)	-	(125.335)	(130.815)	-	(130.815)
Administradores	(2.884)	-	(2.884)	(3.272)	-	(3.272)
Serviços de terceiros	(138.281)	-	(138.281)	(141.676)	-	(141.676)
Material	(11.741)	-	(11.741)	(14.491)	-	(14.491)
Arrendamentos e aluguéis	(1.740)	-	(1,740)	(1,234)	-	(1,234)
Tributos	(2,166)	-	(2,166)	(2,306)	-	(2,306)
Seguros	(907)	-	(907)	(904)	-	(904)
Doações, contribuições e subvenções	(873)	-	(873)	(720)	-	(720)
(-) Recuperação de despesas	6,476	-	6,476	6,095	104	6,199
Perda na alienação de materiais	-	-	-	(12,152)	-	(12,152)
Outros	(31,050)	13,487	(17,563)	17,565	(36,031)	(18,466)
Provisão para devedores duvidosos	(11,490)	-	(11,490)	(26,682)	-	(26,682)
Provisões - outras	(19,120)	-	(19,120)	(40,573)	-	(40,573)
(-) Reversão de provisão para devedores duvidosos	-	-	-	-	-	-
(-) Reversão da provisão - outras	7,700	-	7,700	9,583	-	9,583
Depreciação	-	(112,119)	(112,119)	-	(111,443)	(111,443)
Amortização	(91,557)	74,466	(17,091)	(122,494)	97,839	(24,655)
Amortização	(155,866)	155,866	-	(178,334)	178,334	-
Custo com construção da infraestrutura	<b>(578.834)</b>	<b>131.700</b>	<b>(447.134)</b>	<b>(642.410)</b>	<b>128.803</b>	<b>(513.607)</b>
	<b>343.191</b>	<b>(158.562)</b>	<b>184.631</b>	<b>242.839</b>	<b>(73.752)</b>	<b>169.087</b>
<b>RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO</b>						
Receita financeira	80.264	63.306	143.570	54.152	24.841	78.993
Despesa financeira	(160.601)	(28.892)	(189.493)	(120.897)	(47.082)	(167.979)
	<b>(80.337)</b>	<b>34.414</b>	<b>(45.923)</b>	<b>(66.745)</b>	<b>(22.241)</b>	<b>(88.986)</b>
Resultado não operacional	-	(29.819)	(29.819)	-	(43.250)	(43.250)
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>						
Imposto de renda	(58.491)	38.727	(19.764)	(29.923)	48.377	18.454
Contribuição social	(22.788)	13.942	(8.846)	(12.162)	17.413	5.251
Reversão de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	40.899	40.899
	<b>(81.279)</b>	<b>52.669</b>	<b>(28.610)</b>	<b>(42.085)</b>	<b>106.689</b>	<b>64.604</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>181.575</b>	<b>(101.298)</b>	<b>80.279</b>	<b>134.009</b>	<b>(32.554)</b>	<b>101.455</b>

## ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. - ESCELSA.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

#### 1. Contexto operacional

Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Companhia ou EDP-Escelsa), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP – Energias do Brasil S.A. (EDP-Energias do Brasil), com sede no município de Vitória – ES, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 001/1995 – ANEEL, pelo prazo de 30 anos, válidos até julho de 2025 e atua em 70 dos 78 municípios no Estado do Espírito Santo (90% da área total do Estado), sendo que, dentro dos 41.241 km<sup>2</sup> da área de concessão, a Companhia atende a 94% dos consumidores do Estado, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

#### 2. Base de elaboração

- **Demonstrações contábeis societárias:** Estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e estão em conformidade com a *Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.
- **Demonstrações contábeis regulatórias:** Foram elaboradas de acordo com o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010 e Manual de orientação dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, aprovados através do Despacho ANEEL nº 1.023, de 08 de abril de 2013.

**2.1 Ajustes de CPCs:** são decorrentes das diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, como segue:

##### 2.1.1 Balanço Patrimonial

- a) **Consumidores, concessionárias e Permissionárias; Despesas pagas antecipadamente; Passivos regulatórios e Ativos Financeiros Setoriais (notas 4, 5, 6 e 10):**

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, da OCPC 08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica) que resultou no reconhecimento dos ativos financeiros

setoriais e para fins regulatórios são classificados como ativos e passivos regulatórios como segue:

No âmbito societário:

Quando da adoção das IFRS no Brasil, a partir de 2010, a Companhia deixou de reconhecer determinados ativos e/ou passivos, com base no entendimento de que os mesmos não atendiam plenamente às definições de ativo e passivo contidas na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro do CPC e do IFRS. Tal entendimento decorria de que: (i) sua realização ou exigibilidade dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade (a entrega futura de energia elétrica); e (ii) não era praticável saber, no momento do surgimento desses direitos ou obrigações, se e quais os efetivos compradores dessa energia no futuro que pagariam essas diferenças ou as teriam devolvidas em suas contas de energia elétrica.

Adicionalmente, não havia necessária segurança se a legislação em vigor garantia, de forma objetiva, o direito ao completo recebimento ou pagamento destes valores nos casos em que o mecanismo de tarifa não fosse suficiente para realizar o direito ou a obrigação ou, ainda, nos casos em que a concessão cessasse por qualquer motivo.

Para reduzir incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e a realização ou liquidação destes ativos e/ou passivos e, conseqüentemente, qualificá-los como passíveis de reconhecimento nas Demonstrações Financeiras, a ANEEL decidiu, em 25 de novembro de 2014, aditar os contratos de concessão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras.

Com o aditamento aos contratos de concessão, o CPC emitiu, em 28 de novembro de 2014, o OCPC 08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica) considerando não mais haver impedimento para o reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes da metodologia de definição da tarifa de distribuição de energia elétrica. A orientação tem por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos e passivos.

O OCPC 08 determinou que, como tratam-se de ativos e passivos recuperados por meio da tarifa cobrada do consumidor, os mesmos devem ser tratados como ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, em contrapartida a receita operacional, no resultado do exercício.

No âmbito regulatório:

Os efeitos da aplicação de ativos e passivos regulatórios descritos nas notas 4, 5 e 10 são reconhecidos em conformidade ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico vigente até 31 de dezembro de 2014.

**b) Outros ativos e passivos circulantes - Serviços em curso - P&D e PEE (nota 7):**

No âmbito societário, as obrigações de P&D e PEE são apresentados líquidos dos respectivos serviços em curso referente a esses programas, em

atendimento a compensação de ativos e passivos requeridos pelo CPC 26, enquanto que, no âmbito regulatório, os gastos efetuados somente são transferidos dos serviços em curso em contrapartida às obrigações de P&D e PEE quando do encerramento dos projetos, conforme Resolução Normativa ANEEL nºs 504/12 e 556/13, respectivamente.

**c) Ativo Financeiro indenizável, imobilizado e intangível (notas 8 e 9):**

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, da ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão (IFRIC 12), que resultou na bifurcação em Intangível e Ativo financeiro indenizável do montante registrado em imobilizado e para fins regulatórios são classificados como Ativo Imobilizado, como segue:

No âmbito societário:

- Ativo financeiro indenizável: O valor de R\$594.212, refere-se ao crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados de forma a refletir a melhor estimativa do Valor Novo de Reposição - VNR, conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente e com base em uma metodologia ajustada e atualizada pelo IGP-M sobre o valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis ao final da concessão.
- Intangível: O valor de R\$870.528, refere-se ao direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, oriundos da bifurcação requerida pela ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.
- Imobilizado: O valor de R\$85, refere-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Estão contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos ativos.

No âmbito regulatório:

- Imobilizado: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão são classificados como Imobilizado, e registrados com base no Valor Novo de Reposição - VNR, aprovado no laudo de avaliação da Base de

Remuneração Regulatória (BRR), deduzidos da respectiva depreciação acumulada calculada pelo método linear utilizando-se as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução Normativa nº 367 de 2 de junho de 2009.

- Intangível: compreendem os ativos adquiridos de terceiros e os gerados internamente pela Companhia, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares e faixas de servidões permanentes registrados, mensurados com base no Valor Novo de Reposição - VNR, aprovado no laudo de avaliação da Base de remuneração regulatória (BRR), deduzidos da respectiva amortização acumulada, quando aplicável.

**d) Impostos e contribuições sociais diferidos (nota 11):**

- Imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados à alíquota de 34%, incidentes sobre os valores decorrentes da aplicação da ICPC 01 (R1), dos Ativos e passivos regulatórios e Ativos financeiros setoriais decorrentes da aplicação da OCPC 08;
- PIS/COFINS diferidos, calculados à alíquota de 9,25%, incidentes sobre Ativos financeiros setoriais decorrentes da aplicação da OCPC 08.

**e) Patrimônio líquido (notas 12 e 13):**

- Reserva de avaliação patrimonial (nota 11): no âmbito regulatório, de acordo com a Resolução Normativa nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, o valor da reavaliação regulatória compulsória, decorrente da diferença entre o valor contábil em 31 de dezembro de 2010 e o Valor Novo de Reposição – VNR, do ativo imobilizado, líquido dos efeitos dos impostos, foi registrado em contrapartida à referida reserva.
- Lucros acumulados (nota 12): resultante dos efeitos da aplicação da ICPC 01(R1), da OCPC 08 e dos Ativos e passivos regulatórios.

**2.1.2 Demonstração do resultado**

**a) Receita operacional bruta (nota 14):**

- Fornecimento de energia elétrica e Receita pela disponibilidade da rede elétrica: os ajustes apresentados referem-se a Ativos e passivos regulatórios e reconhecimento inicial dos Ativos financeiros setoriais da OCPC 08.
- Receita de construção: no âmbito societário, está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de Concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da

ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante, apresentados na rubrica de Custos gerenciáveis - Parcela "B".

**b) Deduções da receita operacional – Tributos, Encargos Parcela “A” e Custos não gerenciáveis – Parcela “A” notas (15 e 16):**

- PIS/COFINS diferidos sobre os valores de Ativos financeiros setoriais decorrentes da aplicação da OCPC 08.
- Referem-se aos valores de CVA – Conta de compensação de variação de custos da parcela “A”.

**c) Custos gerenciáveis - Parcela "B" (nota 17):**

Os ajustes apresentados referem-se aos efeitos da aplicação no âmbito societário da ICPC 01 (R1) e Custo com construção da infraestrutura. Inclui também valores referentes a Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens, sendo este, no âmbito regulatório, registrado na rubrica de Resultado não operacional e no âmbito societário classificado na rubrica de despesas operacionais.

**d) Depreciação e amortização:**

No âmbito societário, resultam da aplicação da ICPC 01 (R1).

No âmbito regulatório, resultam da depreciação e amortização do imobilizado atualizados pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

**e) Resultado financeiro (nota 18):**

- Inclui efeitos da atualização monetária dos Ativos e passivos regulatórios;
- Juros sobre capital próprio o qual no âmbito regulatório é registrado a débito na Despesa financeira em contrapartida à rubrica de Reversão de juros sobre o capital próprio enquanto que no âmbito societário é apresentado como distribuição do resultado do exercício, com tratamento análogo a distribuição de dividendos, conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos;



- Outros: inclui substancialmente atualizações monetárias ativas e passivas e outros resultados financeiros decorrentes de operações de swap, apresentados líquidos no âmbito societário.

**f) Resultado não operacional (nota 19):**

Referem-se a ganhos e perdas na desativação e alienação de bens, os quais no âmbito regulatório são classificados nessa rubrica e no âmbito societário, de acordo com o CPC 26, os valores a esse título são demonstrados na rubrica de Outras despesas/receitas operacionais, integrando os Custos gerenciáveis - Parcela "B", uma vez que se considera no âmbito societário que todos os resultados existentes referem-se à atividade operacional desenvolvida pela Companhia.

**3. Evento significativo no exercício**

Destacam-se os seguintes eventos em 2014:

**3.1 Regulamentação do Setor de Energia**

Os mecanismos disponíveis ao longo do ano de 2013, em especial a distribuição das “Quotas de energia velha” e os leilões de compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, foram insuficientes para atender as necessidades das distribuidoras, fazendo com que essas concessionárias ficassem expostas, involuntariamente, ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD do mercado de curto prazo.

Diante desse fato, de modo a evitar um risco de exposição financeira, em 7 de março de 2014, foram emitidos o Decreto nº 8.203 e o Despacho ANEEL nº 515, autorizando o repasse de recursos da CDE às distribuidoras para o dia 11 de março de 2014, com o intuito de cobrir o sobrecusto com a compra de energia no mercado de curto prazo de competência janeiro de 2014, decorrente da frustração do leilão A-1, ocorrido em dezembro de 2013.

O sobrecusto foi calculado pela diferença entre o preço de liquidação de diferenças médio e a cobertura tarifária do montante de reposição. A ANEEL homologou os valores de repasse de recursos da CDE por meio do Despacho nº 515/2014 e para a Companhia foi homologado o montante de R\$31.008, integralmente repassado em 11 de março de 2014.

No dia 13 de março de 2014, o Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda e do Ministério de Minas e Energia, convocou a imprensa para anunciar um pacote de medidas para subsidiar o sobrecusto de energia das distribuidoras, além de diminuir a exposição destas empresas ao mercado de curto prazo, por meio da realização de um leilão de energia com início de suprimento ocorrido a partir de maio de 2014.

O Decreto nº 8.221 de 1º de abril de 2014, incumbiu a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE de criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada -

CONTA-ACR, destinada a cobrir de fevereiro a dezembro de 2014 os custos que excedam a cobertura tarifária relativa: (i) à exposição contratual involuntária; e (ii) ao despacho termoelétrico relativo aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D.

Em contrapartida, a CCEE terá um direito de receber da CDE, a partir de 2015, os valores dos encargos arrecadados pelas distribuidoras, para pagamento dos referidos empréstimos.

Os valores dos encargos arrecadados pela Companhia para pagamento da CDE se dará de forma proporcional ao mercado cativo no prazo de 55 meses a partir do mês de reajuste tarifário ordinário de 2015 conforme Resolução Homologatória nº 1.863 de 31 de março de 2015.

No exercício a ANEEL homologou os seguintes valores à Companhia referente a recursos da conta ACR:

<u>Depacho</u>	<u>Competência</u>	<u>Valor</u>	<u>Data do repasse</u>
Depacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	Fevereiro de 2014	134.171	28 de abril de 2014
Depacho nº 1.443 de 9 de maio de 2014	Março de 2014	130.834	12 de maio de 2014
Depacho nº 1.696 de 2 de junho de 2014	Abril de 2014	90.967	09 de junho de 2014
Depacho nº 3.186 de 18 de agosto de 2014	Maio de 2014	98.921	19 de agosto de 2014
Depacho nº 3.017 de 05 de agosto de 2014	Junho de 2014	18.561	19 de agosto de 2014
Depacho nº 3.588 de 2 de setembro de 2014	Julho de 2014	21.542	08 de setembro de 2014
Depacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	Agosto de 2014	16.573	06 de outubro de 2014
Depacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	Setembro de 2014	65.704	05 de novembro de 2014
Depacho nº 4.657 de 2 de dezembro de 2014	Outubro de 2014	19.071	08 de dezembro de 2014
		<u>596.344</u>	

Outro mecanismo para cobrir os déficits tarifários das distribuidoras foi a destinação dos excedentes de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER conforme Resolução Normativa ANEEL nº 613 de 20 de maio de 2014. Os recursos destinados foram abatidos na liquidação do Mercado de Curto Prazo - MCP, sendo recebido pela Companhia no exercício de 2014 o montante de R\$42.554.

Estes reembolsos de custos através da Conta-ACR e CONER possibilitaram a redução do Ativo Regulatório de CVA e Sobrecontração.

### **3.2 Assinatura do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão**

Em 10 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foi estabelecido que: “Além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária”.

Desta forma, a Companhia passou a registrar os Ativos financeiros setoriais (Nota 2.1.1 a).

#### 4. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Descontos TUSD	-	2.335	2.335	4.007	2.266	6.273
Descontos Irrigação e Aquicultura	-	-	-	1.016	-	1.016
Diferença de subsídios tarifários da CDE - Decreto nº 7.891/13	-	-	-	-	4.621	4.621
	<u>-</u>	<u>2.335</u>	<u>2.335</u>	<u>5.023</u>	<u>6.887</u>	<u>11.910</u>

#### 5. Despesas Pagas Antecipadamente

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CVA	75.514	140.788	216.302	32.578	98.984	131.562
Sobrecontratação	20.781	149.163	169.944	-	29.560	29.560
Neutralidade dos encargos Setoriais	-	308	308	-	473	473
Outros Componentes Financeiros	27.214	2.849	30.063	10.663	3.146	13.809
	<u>123.509</u>	<u>293.108</u>	<u>416.617</u>	<u>43.241</u>	<u>132.163</u>	<u>175.404</u>

#### 6. Ativos Financeiros Setoriais

	Circulante	Não Circulante
	2014	2014
Ativos financeiros setoriais		
CVA	51.920	(2.312)
Sobrecontratação / exposição de energia	80.549	96.259
Neutralidade - Parcela A	(8.132)	(5.586)
PIS/ COFINS gross up sobre Ativos financeiros setoriais	12.619	8.300
Outros Componentes Financeiros	18.521	(2.111)
	<u>155.477</u>	<u>94.550</u>

#### 7. Outros ativos e passivos circulantes - Serviços em curso - P&D e PEE

	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2014	2013	2014	2013
Serviços em curso - Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.175	8.641	10.175	8.641
Serviços em curso - Eficiência Energética	26.538	33.663	26.538	33.663
	<u>36.713</u>	<u>42.304</u>	<u>36.713</u>	<u>42.304</u>

## 8. Imobilizado

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Em Serviço</b>		
Terrenos	84.559	84.529
Edificações, obras civis e benfeitorias	66.473	63.571
Máquinas e equipamentos	3.969.315	3.834.496
Veículos	29.890	29.172
Móveis e utensílios	21.576	21.692
(-) Obrigações especiais	(422.033)	(403.363)
	<u>3.749.780</u>	<u>3.630.097</u>
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>		
Edificações, obras civis e benfeitorias	(45.571)	(43.897)
Máquinas e equipamentos	(2.147.954)	(2.084.027)
Veículos	(22.265)	(24.403)
Móveis e utensílios	(18.536)	(18.147)
(-) Obrigações especiais	107.769	95.604
	<u>(2.126.557)</u>	<u>(2.074.870)</u>
<b>Em curso</b>		
Terrenos	16	16
Edificações, obras civis e benfeitorias	482	2.138
Máquinas e equipamentos	98.304	123.552
Veículos	-	4.945
Móveis e utensílios	9	209
Transformação, fabricação e reparo de materiais	367	1.219
Material em depósito	23.692	31.163
(-) Obrigações especiais	(89.829)	(68.282)
	<u>33.041</u>	<u>94.960</u>
<b>Total do Imobilizado</b>	<u>1.656.264</u>	<u>1.650.187</u>

## 9. Intangível

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Em Serviço	(1.647.880)	(1.649.274)
(-) Amortização Acumulada	892.792	926.550
Em curso	(33.041)	(94.960)
<b>Total do Intangível</b>	<u>(788.129)</u>	<u>(817.684)</u>

## 10. Passivos Regulatórios

	2014			2013		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"						
CVA	24.310	151.507	175.817	11.707	64.607	76.314
Sobrecontratação	-	-	-	1.330	-	1.330
Neutralidade dos encargos setoriais	4.142	9.885	14.027	3.864	1.628	5.492
Outros componentes financeiros	-	-	-	4.197	-	4.197
	<b>28.452</b>	<b>161.392</b>	<b>189.844</b>	<b>21.098</b>	<b>66.235</b>	<b>87.333</b>

## 11. Impostos e Contribuições Sociais Diferidos

	2014					2013			
	Base de cálculo	PIS/COFINS	IRPJ	CSLL	Total	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias									
Ativos e Passivos Regulatórios	229.108	-	57.277	20.620	77.897	99.981	24.995	8.998	33.993
Ativos financeiros setoriais	(229.108)	(20.919)	(57.277)	(20.620)	(98.816)				
Ativo financeiro indenizável, Imobilizado e Intangível	273.923	-	68.244	24.570	92.814	327.907	81.977	29.512	111.489
Total passivo não circulante	<b>(20.919)</b>	<b>68.244</b>	<b>24.570</b>	<b>71.895</b>		<b>106.972</b>	<b>38.510</b>	<b>145.482</b>	

## 12. Reserva de Avaliação Patrimonial

	2013	Depreciação	Amortização	Baixa	2014
Diferença entre VNR (-) VOC	402.822	(33.181)	(4.472)	(7.888)	357.281
Imposto de Renda	(100.705)	8.296	1.118	1.972	(89.319)
Contribuição social	(36.255)	2.986	402	710	(32.157)
	<b>265.862</b>	<b>(21.899)</b>	<b>(2.952)</b>	<b>(5.206)</b>	<b>235.805</b>

## 13. Lucros (Prejuízos) Acumulados

	2014	2013
Efeito dos ajustes nos Ativos e Passivos Regulatórios	229.108	99.981
Efeito nos Ativos financeiros setoriais	(229.108)	-
Efeito dos ajustes no Ativo financeiro indenizável - VNR	(83.357)	(74.913)
Efeito dos ajustes no (-) IR/CS diferido	28.661	(8.524)
Efeitos dos ajustes entre Contabilidade Societária e Regulatória	<b>(54.696)</b>	<b>16.544</b>

#### 14. Receita Operacional Bruta

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecimento de energia elétrica		
CVA	(151.324)	(24.697)
Sobrecontratação	(15.911)	(12.836)
Neutralidade dos encargos setoriais	(8.128)	2.501
Descontos tarifários	(1.016)	3.942
Outros componentes financeiros	5.466	(973)
Receita de ativos financeiros setoriais	(248.445)	-
	<u>(419.358)</u>	<u>(32.063)</u>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		
Descontos TUSD	(4.506)	(20.087)
	<u>(4.506)</u>	<u>(20.087)</u>
Receita de construção	(155.866)	(178.334)
	<u><b>(579.730)</b></u>	<u><b>(230.484)</b></u>

#### 15. Deduções da Receita Operacional

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Tributos		
PIS/COFINS s/ Ativos financeiros setoriais	20.919	-
Encargos - Parcela "A"		
Reserva global de reversão - RGR	-	(741)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.067	(3.057)
Conta de consumo de combustíveis - CCC	305	(862)
	<u><b>28.291</b></u>	<u><b>(4.660)</b></u>

#### 16. Custos Não Gerenciáveis – Parcela “A”

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Energia elétrica comprada para revenda	255.100	30.680
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	383	12
Encargos de uso do sistema de transmissão	5.694	1.897
	<u><b>261.177</b></u>	<u><b>32.589</b></u>

## 17. Custos Gerenciáveis – Parcela “B”

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
(-) Recuperação de despesas	-	104
Outros		
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens e direitos	21.931	(39.023)
Valor justo do ativo financeiro indenizável	(8.444)	2.992
Depreciação		
Depreciação - VOC	(78.938)	(77.133)
Depreciação - VNR	(33.181)	(34.310)
Amortização		
Amortização - VOC	78.938	77.133
Amortização - VNR	(4.472)	(5.512)
Amortização - OCPC 05 - Baixa Res. 367/09	-	26.218
Custo com construção da infraestrutura	155.866	178.334
	<u>131.700</u>	<u>128.803</u>

## 18. Resultado Financeiro

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receitas financeiras		
Atualização monetária dos ativos regulatórios	62.870	13.588
Atualização monetária dos ativos financeiros setoriais	(1.582)	-
Variação cambial - Itaipu	(3.372)	229
Variação monetária moeda estrangeira	(1.505)	-
Variação monetária da energia comprada	3.371	3.560
Marcação a mercado - MTM	(80)	-
Operações de swap	3.604	7.464
	<u>63.306</u>	<u>24.841</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária dos passivos regulatórios	(31.042)	(307)
Variação cambial - Itaipu	7.540	5.148
Juros sobre capital próprio	-	(40.899)
Variação monetária da moeda estrangeira	1.505	-
Variação monetária da energia comprada	(3.371)	(3.560)
Marcação a mercado - MTM	80	-
Operações de swap	(3.604)	(7.464)
	<u>(28.892)</u>	<u>(47.082)</u>
	<u>34.414</u>	<u>(22.241)</u>

## 19. Resultado Não Operacional

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ganhos e perdas na desativação e alienação bens e direitos	21.931	12.804
Ganhos e perdas na desativação e alienação bens e direitos - VNR	7.888	(56.054)
	<u><u>29.819</u></u>	<u><u>(43.250)</u></u>

### DIRETORIA

**Miguel Dias Amaro**

Diretor-Presidente

**Fernando Peixoto Saliba**

Diretor de Sustentabilidade

**Agostinho Gonçalves Barreira**

Diretor Técnico e de Ambiente e Diretor Comercial

**Donato da Silva Filho**

Diretor de Gestão de Ativos e Administrativo e de Regulação

**Maytê Souza Dantas de Albuquerque**

Diretora Financeira e de Relações com Investidores

**Elisa Saeko Ishizaka Turci**

Gestora Executiva de Consolidação e Contabilidade

**Renan Silva Sobral**

Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" ES